

Pinotti acusado de fazer uso político dos centros de saúde

Os 850 centros de saúde e hospitais públicos no Estado estão prestes a virar "currais" eleitorais do governador Orestes Quércia. Quem possibilitou essa mudança, segundo a Associação dos Médicos Sanitaristas do Estado, foi o próprio secretário da Saúde, José Aristodemo Pinotti, quando assinou no último dia 10 a resolução 360, permitindo o acesso às chefias dos centros de saúde e hospitais a pessoas que não tenham prestado concurso público. Agora para exercer tais cargos o profissional basta ser médico sanitarista, administrador de saúde ou ter experiência comprovada na direção ou chefia de serviços de saúde.

A advertência feita essa semana pela vice-presidente da entidade, Isamara Graça Cyrino de Gouveia, e pela primeira secretária, Sheila Duarte Pereira, classificou a atitude de Pinotti de "clientelista", lembrando que, antes dessa resolução, somente alcançava a chefia de um centro de saúde ou hospital o profissional com especialização em Saúde Pública, cuja classificação no concurso público lhe permitisse obter esse privilégio.

Sheila Duarte Pereira argumentou que, além da ameaça do clientelismo, o secretário, a partir dessa resolução, abriu a possibilidade de contratação de pessoas interessadas em canalizar os recursos do Estado ou da Previdência Social para os serviços privados de saúde. "Se o dono de um laboratório de análise ou de uma clínica assumir um centro de saúde ou hospital poderá mandar a clientela de maior poder aquisitivo para seu estabelecimento."

A resolução 360 foi o último e talvez um dos mais duros golpes desfechados pelo secretário Pinotti nos médicos sanitaristas. No ano passado, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, eles aprovaram a proposta de um sistema único de saúde — englobando as esferas municipais, estaduais e federal —, com o objetivo de melhorar o atendimento à população. Dentro dessa proposta, cada município assumiria a atenção primária à saúde da comunidade. Para concretizar essa idéia, foi criada a Comissão Nacional de Reforma Sanitária.

Segundo Sheila Pereira, o secretário Pinotti começou, a partir de então, a divulgar documentos, descharacterizando a idéia original. Em maio deste ano, foi criada em São Paulo o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), no qual o secretário assumiu a superintendê-

cia regional do Inamps e a presidência da Comissão Interinstitucional de Saúde de São Paulo (CIS), simultaneamente.

Os sanitaristas interpretaram a assinatura do convênio da Suds paulista como uma atitude precipitada de Pinotti, que teria "atropelado" o processo de instauração do convênio, que somente foi assinado em 13 de julho pelo presidente José Sarney. Ao contrário da proposta inicial, a Suds de São Paulo concentrou nas mãos de Pinotti o poder deliberativo que deveria ser repartido entre prefeitos, representantes da Previdência Social, movimentos sociais e centrais sindicais. Esses segmentos acabaram exercendo apenas um papel consultivo.

Em 23 de junho, o Diário Oficial do Estado (DOE) publicou a minuta do convênio de municipalização dos serviços da Saúde. Os municípios interessados receberiam um centro ou hospital aparelhados e dois funcionários estaduais. Porém, não havia especificação do modo da contratação. E, desde fevereiro, não se fez qualquer concurso público. No documento, a Secretaria da Saúde permitia que as prefeituras, que não se interesssem pelo servidor, podessem devolvê-lo ao Estado.

Isamara Gouveia afirmou que começaram a aparecer cartas de prefeitos pedindo o afastamento de funcionários, antes mesmo da assinatura dos convênios. Em Sumaré, o médico sanitarista foi afastado porque era candidato a eleições para prefeito. Em Itatiba, o prefeito José Benedito Penteado, do PMDB, considerou desinteressante a permanência do sanitarista Ari Raul da Silva no centro de saúde local, porque ele fora candidato a prefeito em 82. Ari Silva foi diretor deste centro durante oito anos.

Com a assinatura da resolução 360, os sanitaristas já não têm mais dúvidas a respeito da falta de estabilidade proporcionada pela carreira. "Essa medida permite a troca de favores entre o governo e pessoas não habilitadas", acusa Sheila Pereira. Até o momento, já se manifestaram contra a política, que vem sendo adotada pelo secretário, várias entidades profissionais — os sindicatos dos enfermeiros, médicos, psicólogos — associações de classe, os departamentos de medicina preventiva das USP, Unicamp, Escola Paulista de Medicina, as câmaras municipais de Santo André, São José dos Campos, Taubaté, além de 43 deputados estaduais.